

**ILMO. SR. PREGOEIRO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA - FAETEC**

"O procedimento administrativo não tem existência jurídica se lhe falta, como fonte primeira, um texto da Lei. Mas não basta que tenha sempre por fonte, a Lei. É preciso ainda que se exerça seguindo orientação dela e dentro dos limites nela traçados. Só assim o procedimento da Administração é legítimo." (Ministro Seabra Fagundes, In "Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário")

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021**

CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Lino Teixeira, nº 91, Jacaré, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.285.255/0001-05, neste ato, representada por seu representante legal já devidamente qualificado no processo licitatório em referência, com arrimo na Leis Federais nº 8.666/1993, 10.520/2002 e 14.133/2021, e ainda, demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, vem à vossa presença, em defesa de seus direitos interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, visando reformar vossa decisão, no que concerne a desclassificação de nossa proposta para os Lotes: 01, 02, 03, 05, 11 e 12, consubstanciada nos substratos fáticos e jurídicos que a seguir passamos a aduzir.

**DOS FATOS**

Inicialmente, evidenciamos que o objeto do certame em apreço, destina-se a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de apoio administrativo, divididos em 12 (doze) lotes, para atender à Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC, em obediência aos preceitos legais vigentes, bem como, ao edital e seus anexos.

Isto posto, após decorrer os procedimentos licitatórios até o momento, este Pregoeiro decidiu declarar a CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA. como vencedora para os Lotes 06 e 07 deste pregão eletrônico e desclassificada para os Lotes: 01, 02, 03, 05, 11 e 12, sob a argumentação de preço inexequível para o Lote 01 e por se utilizar de Convenções Coletivas de Trabalho "vencidas" para os Lotes 02, 03, 05, 11 e 12, razão pela qual manifestamos prontamente nossa intenção de interpor o presente recurso pelos motivos a seguir expostos.

01/08



## DA ABSURDA DESCLASSIFICAÇÃO DA CNS PARA OS LOTES 02, 03, 05, 11 e 12

Conforme depreende-se das observações realizadas no chat deste pregão eletrônico, esse Pregoeiro julgou a CNS desclassificada para os Lotes 02, 03, 05, 11 e 12 por se utilizar de Convenções Coletivas de Trabalho "vencidas" na medida em que (segundo seu particular entendimento) para balizar as propostas, as licitantes deveriam considerar as CCT's vigentes na ocasião da convocação para apresentação de planilhas (2021/2022) e não aquelas existentes na ocasião da apresentação das propostas (2020/2021).

Diante deste inusitado julgamento que jamais nos deparamos nas licitações públicas que participamos nas últimas 03 (três) décadas, inicialmente, torna-se imprescindível trazer a baila o esclarecimento prestado pelo próprio Pregoeiro em 19/03/2021 e publicado no Portal SIGA em resposta ao questionamento formulado pela licitante MULTIPLY, ou seja, antes da sessão inicial deste certame ocorrida em 26/03/2021, *in verbis*: "

**"Os preços estimados tiveram como base salários e benefícios da CCT do SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO, portanto, a licitante deverá utilizar os valores da CCT 2020/2021."**

(grifamos)

Quanto ao caráter vinculante dos esclarecimentos prestados, ressalta o doutrinador Marçal Justen Filho que "é prática usual, fomentada pelo próprio Art. 40, Inciso VIII da Lei Federal nº 8.666/93, que a Administração forneça esclarecimentos sobre as regras editalícias. A resposta formulada administrativamente apresenta cunho vinculante para todos os envolvidos, sendo impossível invocar o princípio da vinculação ao edital para negar eficácia à resposta apresentada pela própria Administração". Acrescenta, ainda, que "a força vinculante da resposta ao pedido de esclarecimento envolve as hipóteses de interpretação do edital. Ou seja, aplica-se quando há diversas interpretações possíveis em face do ato

02



convocatório. Se a Administração escolhe uma ou algumas dessas interpretações possíveis e exclui outras (ou todas as outras), haverá vinculação" ("Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos". 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, pp. 402/403).

Com relação ao caráter vinculante dos esclarecimentos prestados, o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO tem vasta jurisprudência sobre a matéria. Vejamos o Acórdão nº 299/2015 - Plenário, julgado em 25/02/2015, relatado pelo e. Min. Vital do Rêgo: **"ESCLARECIMENTOS PRESTADOS ADMINISTRATIVAMENTE PARA RESPONDER A QUESTIONAMENTO DE LICITANTE POSSUEM NATUREZA VINCULANTE PARA TODOS OS PARTICIPANTES DO CERTAME, não se podendo admitir, quando da análise das propostas, interpretação distinta, sob pena de violação ao instrumento convocatório [...] considerando que os esclarecimentos prestados administrativamente, emitidos justamente para responder a questionamento da ora recorrente, possuem natureza vinculante para todos os licitantes, NÃO SE PODERIA ADMITIR, QUANDO DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS, INTERPRETAÇÃO DISTINTA, SOB PENA DE VIOLAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO "**

Logo, conclui-se diante da peremptória regra estabelecida por esse Pregoeiro em seu esclarecimento formalizado em 19/03/2021, bem como, da doutrina e jurisprudência ora trasladadas que para balizar suas propostas, as licitantes OBRIGATORIAMENTE deveriam considerar as CCT's existentes até a data da sessão inicial deste pregão eletrônico ocorrida 26/03/2021, isto é, as CCT's 2020/2021, cujas normativas, inclusive, serviram de alicerce para a estimativa orçamentária da licitação pública em questão. Mesmo porque, modificar os parâmetros sindicais adotados inicialmente para os preços ofertados no decorrer de um procedimento licitatório ocasionaria uma insegurança jurídica que comprometeria toda a lisura do certame.

Não é porque a convocação para a apresentação de planilhas ocorreu a partir do mês de Abril/2021 onde as CCT's 2021/2022 já encontravam registradas desde 30/03/2021 que as licitantes deveriam dilacerar o equilíbrio econômico-financeiro de suas propostas apresentadas em 26/03/2021 (quatro dias antes da divulgação das novas CCT's) para, absurdamente, se adequar aos novos parâmetros de remuneração e benefícios sem majoração dos preços propostos.

03



Corroborando com a elucidação da questão, arrematamos com os preceitos legais emanados do Decreto Federal nº 9.507 de 21/09/2018 que em seu Art. 12 enuncia: ***“Será admitida a repactuação de preços dos serviços continuados sob regime de mão de obra exclusiva, com vistas à adequação ao preço de mercado, desde que: (I) seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos para os quais a proposta se referir. (...)”*** (grifamos)

### DA ABSURDA DESCLASSIFICAÇÃO DA CNS PARA O LOTE 01

Com referência a desclassificação de nossa proposta para o Lote 01, presencia-se uma anomalia administrativa na medida em que a desclassificação ocorreu sem que houvesse sequer a convocação e análise das planilhas de formação de preços.

A absurda desclassificação em comento foi efetuada com base em médias de preços (nada competitivos) ofertados por licitantes que visivelmente não tinham muito interesse no certame, e ainda, comparando-se a uma despropositada estimativa orçamentária fixada por essa Administração para o Lote 01.

Ora, como desclassificar uma proposta por suposta inexecuibilidade sem permitir que a proponente apresente suas planilhas de formação de preços? Configura-se um descalabro tão significativo, que preços unitários por postos declarados como vencedores para os Lotes 02 ao 12 são inferiores aos que propomos para o Lote 01 e, enquanto fomos desclassificados sumariamente por inexecuibilidade sem apresentação de planilhas, as licitantes até então vencedoras dos outros lotes tiveram suas planilhas aceitas.

CUMPRE-NOS SALIENTAR NESTE MOMENTO, QUE O ADMINISTRADOR PÚBLICO AO REALIZAR UMA LICITAÇÃO DEVE ESTAR ESCUDADO NOS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM OS ATOS ADMINISTRATIVOS. ADEMAIS, DEVE-SE ATENTAR PARA O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA, POIS NÃO BASTA QUE AS CONTRATAÇÕES SEJAM LEGAIS, DEVEM TAMBÉM, SEREM EFICIENTES, TANTO EM RELAÇÃO AO PROCEDIMENTO QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES INERENTES AO FUTURO CONTRATO.

04

## DO PEDIDO

Ante todo o exposto, e considerando o elenco de motivações expendidas, espera e requer a Recorrente, que esse Pregoeiro, à luz dos fatos apontados e em prol dos Princípios da Legalidade, da Razoabilidade e da Moralidade, se digne julgar procedente o presente Recurso, para declarar a definitiva qualificação da CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA. para os Lotes 02, 03, 05, 11 e 12, pelas razões esboçadas. E, para o Lote 01, o inevitável retorno a análise de propostas pelo ordenamento alcançado na fase de lances.

Assim, requeremos a subsequente adjudicação do certame, conforme estabelece a legislação vigente, o informando a autoridade superior competente para homologar como legítima vencedora do certame a CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA. não só para os Lotes 06 e 07, assim como, também para os Lotes 02, 03, 05, 11 e 12, nos termos dos diplomas legais em vigor, por ser uma questão de direito e da mais lúdima JUSTIÇA.

Nestes Termos,  
P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 20 de Maio de 2021.

CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.  
Sergio da Silva Pring Jr.  
Gerente Comercial  
JFP 09.332.000-1 / CPF 035.558.767-39





**TRASLADO**

LIVRO: 7804

FOLHA: 139

ATO: 102

**PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: CNS NACIONAL  
DE SERVIÇOS LTDA: na forma abaixo:**

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove (15/12/2020), nesta Cidade do Rio de Janeiro, Capital do Estado do Rio de Janeiro, na sede deste, Cartório do 24º Ofício de Notas, Tabelião José Mário Pinheiro Pinto, sito a Avenida Almirante Barroso, número 139, Loja C, perante mim, SANDRO RODRIGO PAIVA PINTO, conforme Lei Federal, nº 8.935, de 18.II.1994, conforme publicação no D.O. de 21.II.1994, Substituto, onde compareceu como OUTORGANTE: **CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA**, estabelecida nesta cidade à Rua Lino Teixeira, nº91 – Jacaré, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.285.255/0001-05 e, filiais nesta cidade à Rua Lino Teixeira, nº95 – Jacaré, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.285.255/0006-01; Rua José Felix, nº 78, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.285.255/0003-69, na JUCERJA sob o nº 3320143049-2, neste Estado; que tem em seu quadro societário: **JOSÉ MAURO EISENBERG**, nascido em 07/08/1953, filiação: **MARCOS EISENBERG E LITA EISENBERG**, brasileiro, divorciado conforme Certidão de Casamento nº. 0932520155 1978 2 00011 268 0000285 25 registrada na 4ª Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais do Rio de Janeiro, convivente em união estável, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 02.804.541-7 DETRAN – RJ em 04/01/2001, inscrito no CPF/MF sob o nº 465.865.047-91, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Nascimento Silva, 249 – apartamento 501 – Ipanema - CEP 22421-023, com endereço de email: jmauro@diretoriacns.com.br e telefone de contato nº 21 3278-9000; e **JOSE HENRIQUE GOMES DA SILVA**, nascido em 23/11/1963, filiação: **ANTONIO GOMES DA SILVA E JOSEFINA GONÇALVES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, não convivente em união estável, contador, portador da carteira identidade nº 66641-2, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade em 17.03.2008, inscrito no CPF/MF sob o nº 806.108.207-10, residente e domiciliado nesta cidade na Estrada do Engenho Novo, nº 1078 - Apto.201 – Anchieta – Cep: 21620-242, com endereço de email: henrique@diretoriacns.com.br e telefone de contato: 21 3278-9022. Os presentes por mim identificados consoante documentos acima mencionados do que dou fé. Neste ato representada pelo seu sócio diretor **JOSÉ MAURO EISENBERG**, acima qualificado. Então pela Outorgante, por seu representante legal me foi dito que por este instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como seus bastantes procuradores: **1) MARCUS GIOVANNI MIQUINIOTTI DE SALVADOR**, nascido em: 29.07.1954, filiação: **JACIRA MIQUINIOTTI DE SALVADOR E JOSÉ DE SALVADOR**, brasileiro, separado judicialmente, convivente em união estável, portador da carteira identidade nº 02.884.422-3, expedida pelo IFP/RJ, em 23.10.2015, inscrito no CPF sob o nº 337.732.037-72, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Cinco de Julho, nº 125/602 – Copacabana – Cep: 22.051-030, com endereço de email: msalvador@diretoriacns.com.br e telefone de contato: 21 3278-9040; **2) SERGIO DA SILVA PRING JUNIOR**, nascido em: 31.08.1972, filiação: **SERGIO DA SILVA PRING E NELMA DE CARVALHO PRING**, brasileiro, divorciado, convivente em união estável, portador da carteira de identidade do IFP/RJ nº09.332.066-1, expedida em 10.05.1999, inscrito no CPF/MF sob o nº.035.555.767-39, residente e domiciliado nesta cidade, á Rua Teodoro da Silva, nº.626/504 – Vila Isabel – Cep: 20.560-005,





com endereço de email: comercial@cns.com.br e telefone de contato: 21 98988-3737; a quem confere poderes para em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação, para representar a outorgante em todo o TERRITÓRIO NACIONAL, perante Repartições Públicas, Federais, Estaduais, Municipais e Autárquicas, especialmente junto ao BANCO DO BRASIL S/A, GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, PETRÓLEO BRASILEIRO S/A, PETROBRÁS, inclusive Sociedade de Economia Mista, podendo depositar e receber cauções, receber quaisquer quantias, provenientes de faturas, passando recibos e dando as competentes quitações, representá-la pessoalmente também em todo TERRITÓRIO NACIONAL, nas licitações Públicas Federais, Estaduais, Municipais e Autárquicas, especialmente junto ao BANCO DO BRASIL S/A, GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRÁS e Sociedade de Economia Mista, podendo para tanto, assinar propostas, atas, interpor recursos, ofertar lances em pregões e/ou desistir de recursos e/ou desistir de recursos administrativos, cumprir exigências, assinar em cédulas de crédito bancário e prestar aval em cédulas de crédito Bancário, enfim, resolver todos os assuntos referentes a crédito bancário, podendo inclusive neste caso substabelecer dos poderes Outorgados, assinar contratos e distratos de prestação de serviços no ramo da atividade da Outorgante, e tudo o mais que necessário for ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, **que é válido até 31 de Dezembro de 2021**. Assim o disse do que dou fé, e me pediu este Instrumento, que lhe li, aceita e assina, dispensando a presença e assinatura das testemunhas, conforme art. 240 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça. Certifico que pelo presente ato são devidas custas da Tabela VII, I, letra a, no valor de R\$ 264,14, comunicação para o distribuidor e CENSEC no valor de R\$ 25,88, arquivamento no valor de R\$11,16, acrescida dos 20% para o FETJ. (Lei nº 3217/99 de 27.05.99) no valor de R\$ 60,24, acrescido de 5% para o FUNPERJ (Ato 04/2006), no valor de R\$ 15,06, acrescidas de 5% para o FUNPERJ (Lei nº 111/2006), no valor de R\$ 15,06, acrescida de 4% para o FUNARPEN (Lei 6.281/12) no valor de R\$ 12,05, acrescida de 2% a PMCMV e atos gratuitos no valor de R\$5,28, ISS 5,26% R\$13,21, serão recolhidos ao Banco Bradesco, na forma determinada pela Corregedoria Geral da Justiça, as contribuições previstas na Lei nº 3761/2002, distribuição no valor de R\$31,60. EU, SANDRO RODRIGO PAIVA PINTO, Tabelião Substituto, matrícula 94/9242, conforme Lei Federal, nº 8.935, de 18.II.1994, conforme publicação no D.O. de 21.II.1994, lavrei, li, colhendo as assinaturas: CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA: JOSÉ MAURO EISENBERG. TRASLADADA na mesma data. Eu, \_\_\_\_\_, substituto a conferi, subscrevo e assino em público e rasa.

EM TESTEMUNHO

DA VERDADE



Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico  
**EDQF01794-PMK**  
Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

07

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 09.332-066-1

DATA DE EMISSÃO 28/02/2012

NOME SERGIO DA SILVA PRING JUNIOR

FILIAÇÃO SERGIO DA SILVA PRING

NELMA DE CARVALHO PRING

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO

DATA DE NASCIMENTO 31/08/1972

DOC. ORIGEM C. CASM LIV BR00122 FLS 201

TERM 27561 C 008

RIO DE JANEIRO RJ

CIT 035.555.767-39

PLS 12477/58318

001 2 Vts

LEI Nº 7.116 DE 2004/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA C.R.S. CIVIL

SECRETARIA DE IDENTIFICAÇÃO

0550

Polegar Direito

Assinatura do Titular

CARTeira DE IDENTIDADE

08/08